

Le monde aujourd'hui

Article à partager



O Espírito a Caminho, Testemunho

O Espírito a Caminho – Memória de uma Fé Livre

Franco, le 24 août 2026

PARTE I – AS RAÍZES DO SINCRETISMO

Capítulo 1 – A herança franciscana e a sede do universal

« A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós. » (2 Coríntios 13,13)

1.1 Uma infância toscana sob o olhar de Francisco de Assis

Há terras que marcam a alma antes mesmo que o espírito se lembre delas. A Toscana é uma dessas. Suas colinas ondulam como um mar de terra e luz, seus ciprestes vigiam os caminhos de peregrinos, e suas cidades de pedra parecem nunca ter conhecido o esquecimento dos séculos. Foi lá, nessa campina banhada de sol e de silêncios antigos, que eu nasci. Mas o que moldou minha infância não foi apenas a beleza das paisagens; foi a presença discreta, porém tenaz, de um santo que, oito séculos antes, havia caminhado por essas mesmas estradas, descalço e com o coração em chamas.

São Francisco de Assis não é para mim uma simples figura de devoção: ele é uma chave. Uma chave que abre as portas de uma espiritualidade onde o sagrado não se confina nas igrejas, mas respira no vento, canta nos riachos, revela-se no rosto do leproso e do lobo. Cresci em uma escola franciscana, entre muros que ouviam os ecos da fraternidade universal, onde se ensinava que Deus não é um juiz distante, mas um Pai que ama a Criação e tudo o que Ela carrega.

O Cântico das Criaturas não era um poema que se recitava de cor; era uma respiração. « Laudato si', mi' Signore, per sora nostra matre Terra, la quale ne sustenta et governa, et produce diversi fructi con coloriti fiori et herba. » (Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz diversos frutos com flores coloridas e ervas.) Eu não sabia ainda, criança, que essas palavras continham em germe todo o meu futuro. Elas me preparavam para reconhecer, anos mais tarde, nas florestas do Brasil e nos cantos dos Caboclos, essa mesma centelha divina que Francisco havia saudado no sol e na lua.

A educação franciscana não se limitava ao amor pela natureza. Ela me ensinava também uma ética da humildade: não se acreditar superior ao outro, não possuir por possuir, não julgar por julgar. Cultivava em mim um gosto pela marginalidade alegre, por essa liberdade interior que não precisa nem de títulos nem de riquezas para existir. Aprendi a olhar o pobre não como um objeto de piedade, mas como um irmão. Aprendi que a fé não se prova, ela se vive.

Essa infância toscana foi um berço onde se teceram em mim os primeiros fios de uma tapeçaria espiritual que, anos mais tarde, se enriqueceria com mil outras cores.

1.2 A escola da Criação: o Cântico das Criaturas como primeira teologia

Quando se fala em formação teológica, imagina-se muitas vezes manuais, dogmas, disputas eruditas. Para mim, a primeira teologia foi como um canto: o de Francisco de Assis, que nunca separava o amor de Deus do amor a tudo o que existe. Essa intuição fundamentalmente ecumênica guiou minha vida muito antes de eu pisar fora da Itália.

Algumas caminhadas pela campina toscana, o olhar perdido sobre as vinhas e as oliveiras, e essa convicção íntima de que a Criação era uma palavra viva. Cada árvore, cada pássaro, cada pedra carregava uma assinatura do Criador. Isso não era panteísmo — Francisco de Assis tinha respeito demais pela alteridade de Deus para confundir o Oleiro e o barro —, mas era uma sacralização do mundo que me preparava para encontrar outras tradições, outras visões do invisível.

O franciscanismo me ensinou que a Encarnação não se detém na vida de Jesus. Ela continua no pão partilhado, na água bebida na fonte, no sopro que atravessa a floresta. E se o Verbo se fez carne, então toda carne é capaz de carregar a palavra de Deus. Essa convicção, eu a reencontraria mais tarde na cosmologia dos Tupi-Guarani, na veneração dos Orixás, na sabedoria dos Pretos Velhos. O que me fora dado na Toscana como uma joia era, na verdade, uma chave universal.

O Cântico das Criaturas não foi, portanto, para mim uma simples prece; foi uma escola do olhar. Ensinou-me a ver o divino onde outros veem apenas matéria. Preparou-me para dialogar com mundos que o Ocidente cristão muitas vezes ignorou ou desprezou.

1.3 A partida para a Suíça: a xenofobia como provação e como purificação

Mas a vida não se contenta em nos oferecer paisagens abençoadas. Ela também nos chama a deixar o jardim, a caminhar para terras desconhecidas, por vezes hostis. Minha partida da Toscana para a Suíça foi um desses momentos de virada.

Eu não partia como conquistador, nem mesmo como peregrino seguro. Partia porque a vida, com suas exigências econômicas e familiares, me obrigava a isso. A Suíça me acolheu com suas montanhas imaculadas, seus lagos calmos e suas cidades ordenadas. Mas também me acolheu com a desconfiança, o olhar que avalia, a porta que se abre apenas pela metade. A xenofobia nem sempre é brutal; às vezes, é um silêncio, um espaço vazio onde deveria estar uma mão estendida.

Essa provação, que poderia ter amargurado um coração menos enraizado no Evangelho, teve sobre mim um efeito paradoxal. Em vez de me fechar em mim mesmo, dilatou minha alma. Lembrou-me que o estrangeiro é aquele que se recusa, mas também aquele que se pode escolher amar. Francisco de Assis não tinha abraçado o leproso, aquele que a sociedade rejeitava? Não tinha ido ao encontro do sultão, em terra de Islã, não para converter pela força, mas para testemunhar pela presença?

A xenofobia suíça foi para mim uma purificação. Queimou em mim as últimas ilusões sobre a superioridade de uma cultura ou de uma nação. Fez-me compreender que a fé cristã, se é verdadeira, não pode se contentar em ser uma religião de iguais. Deve ser uma religião do outro, do acolhimento, da fraternidade concreta. Essa ferida, transformada em lição, fez de mim um homem mais aberto, mais disposto a reconhecer em todo rosto, ainda que estrangeiro, um ícone do Deus vivo.

Foi também na Suíça, no coração dessa terra de exílio voluntário, que encontrei aquela que seria minha esposa. Chamá-la-ei, nesta narrativa, de Meninha. Ela era de origem brasileira, herdeira daquele povo Tupi-Guarani cuja marca em minha própria memória de alma eu ainda ignorava. Nosso encontro não foi por acaso: era um encontro marcado muito antes de nosso nascimento.

1.4 O encontro com Meninha: o amor como reconhecimento de alma

Alguns encontros não se parecem com começos, mas com retornos. Quando vi Meninha pela primeira vez, não fui tomado pela surpresa da descoberta, mas pela estranha familiaridade do reconhecimento. Havia em seus olhos uma profundidade que eu não podia explicar, uma luz que não era deste mundo.

Meninha era médium. Possuía esse dom raro de servir de ponte entre o visível e o invisível. Sua sensibilidade espiritual, sua pureza de alma, faziam dela um canal privilegiado para as entidades de luz. Ela encarnava com uma humildade

desarmante essa verdade de que o Espírito que Deus colocou em cada um pode se expressar através daqueles que se abrem a Ele sem reservas.

Nós nos casamos, e essa união foi muito mais do que um contrato civil ou religioso. Foi uma aliança espiritual, uma comunhão de busca. Juntos, exploramos territórios que muitos julgam incompatíveis. Meninha me fez ler Allan Kardec, cuja filosofia espírita me oferecia uma grade para compreender os fenômenos mediúnicos. Meditamos sobre os escritos de Edgar Cayce, o "profeta dormindo", cuja visão universalista da fé cristã ressoava com nossa própria experiência. Fomos tocados pelo exemplo de Chico Xavier, esse médium brasileiro que dedicou sua vida à caridade e à psicografia, encarnando o Evangelho segundo o espiritismo.

Mas, além dos livros, nossa vida cotidiana era em si mesma um lugar de revelação. Os espíritos não nos eram estranhos. Falavam-nos nos sonhos, nas sincronicidades, nos silêncios compartilhados. Meninha, por seu dom de mediunidade, abria-me portas que eu jamais teria ousado atravessar sozinho.

Foi durante essa vida em comum que a verdade sobre minha própria origem espiritual começou a se desvelar. Uma memória antiga, enterrada sob as camadas do tempo, veio à tona.

1.5 A revelação da vida anterior: o guerreiro tupi-guarani e a agressão portuguesa

Eu nunca fora um adepto fervoroso da reencarnação. Minha formação católica me habituara a considerar essa crença como estranha, ou mesmo suspeita. Mas os sinais se acumularam, e as palavras dos espíritos, durante as sessões conduzidas com Meninha, acabaram por abrir meus olhos.

Um dia, durante uma Mesa Branca, uma entidade de luz dirigiu-se a mim com uma solenidade inesperada. Falou-me de uma vida anterior, no século XVI, nas terras brasileiras. Eu era então um guerreiro Tupi-Guarani, unido àquela que, cinco séculos depois, seria minha esposa. Vivíamos em harmonia com a floresta, com os espíritos da natureza, com esse sopro sagrado que os Tupi já chamavam de um nome próximo do Espírito.



Depois vieram os invasores portugueses. Eles não buscavam o diálogo; buscavam a terra, o ouro, as almas para reduzir à servidão. Fomos atacados. Defendi minha companheira com meu corpo e meu arco, mas as armas de fogo dos colonos eram mais rápidas. Caí sob seus golpes, meu sangue se misturando à terra que eu amava. Minha companheira, por sua vez, foi levada. Nunca soube o que foi feito dela.

Essa revelação me abalou profundamente. Tudo se iluminava sob uma nova luz: meu amor imediato por Meninha, meu fascínio pela cultura brasileira, minha raiva surda contra as injustiças coloniais, e até mesmo essa estranha familiaridade que sempre sentira em

relação aos Caboclos, esses espíritos dos guerreiros ameríndios que se manifestam na Umbanda. Eles não eram estrangeiros: eram meus irmãos de uma vida anterior.

Mas o mais impressionante foi compreender que eu fora morto por cristãos e que, no entanto, carregava em meu coração um amor indelével por Cristo. Isso não me levou à rejeição do cristianismo. Ao contrário, ensinou-me uma distinção profunda entre a mensagem de Cristo e os crimes cometidos em Seu nome. Jesus não armara os soldados portugueses; não era Ele quem abençoara a destruição das culturas indígenas. O cristianismo fora capturado pela lógica do império, como o seria tantas vezes ao longo da história.

Essa revelação, longe de me afastar da minha fé, aprofundou-a. Mostrou-me que o Espírito de Deus sopra onde quer, que não é prisioneiro das instituições humanas, e que pode se manifestar nas tradições que o Ocidente marginalizou. Compreendi que minha busca, a de uma fé livre e universal, não era uma invenção pessoal, mas o desfecho de um caminho iniciado muito antes de meu nascimento toscano.

A partir de então, deixei de ser simplesmente um católico de cultura para me tornar um buscador do Espírito, um peregrino entre os mundos. Minha herança franciscana não foi renegada; foi alargada, dilatada, tornada capaz de conter a memória da floresta, a sabedoria dos Pretos Velhos, a coragem dos Caboclos.

Assim, minhas raízes toscanas e minha memória tupi-guarani encontraram-se no cadinho de uma mesma fé: aquela que reconhece em toda criatura uma centelha do Criador, e que coloca o amor acima de todas as fronteiras. É desse solo que nascerá o testemunho que se segue, na esperança de que ilumine aqueles que, como eu, buscam uma fé livre das amarras humanas.

Assim se encerra este primeiro capítulo. Tentei plantar parte do cenário de minha vida, expor as primeiras fundações de minha trajetória e introduzir os elementos essenciais que iluminarão a sequência: a herança franciscana, a provação da xenofobia, o encontro com Meninha e a revelação de minha vida anterior.

O capítulo seguinte, "A colonização portuguesa e a destruição dos mundos indígenas", aprofundará o contexto histórico que marcou sua memória de alma e que constitui o pano de fundo de seu engajamento espiritual.

Capítulo 2 – A colonização portuguesa e a destruição dos mundos indígenas

« Eles devastaram a minha vinha, despedaçaram a minha figueira, despojaram-na e derrubaram-na; seus ramos ficaram brancos. » (Joel 1,7)

2.1 As razões da vinda dos europeus: economia, território e religião

Quando revisito em memória minha morte sob os golpes dos soldados portugueses, não posso deixar de me perguntar: o que teria levado esses homens, vindos de tão longe, a atravessar o oceano para semear a morte em uma terra que não lhes pertencia? A resposta, infelizmente, é tão simples quanto implacável: a ganância, a sede de poder e a embriaguez de uma missão divina mal compreendida.

A chegada de Pedro Álvares Cabral às costas brasileiras em 1500 não foi um ato isolado. Inscreveu-se no grande movimento das "descobertas", motivado por três objetivos intimamente ligados. Primeiro, a expansão econômica: era necessário encontrar uma nova rota para as Índias, contornar os muçulmanos que controlavam as vias terrestres e explorar as riquezas naturais do Novo Mundo – o pau-brasil, depois o açúcar, o ouro e as pedras preciosas. Em seguida, a expansão territorial: Portugal, rival da Espanha, queria ampliar seu império, marcar sua presença no mapa do mundo. Por fim, a expansão religiosa: a Reconquista acabara de se concluir na Península Ibérica, e o ímpeto missionário estava em seu auge. Era preciso levar a fé católica aos "pagãos" do Novo Mundo, salvar almas e, acessoriamente, justificar a conquista com uma nobre intenção.

Esses três motores – o ouro, a glória e Deus – misturavam-se inextricavelmente no espírito dos conquistadores. As crônicas da época atestam: falava-se tanto de especiarias quanto de batismos, de minas quanto de bispados. Os reis de Portugal e da Espanha obtinham do papa bulas que lhes concediam as terras "descobertas" com a obrigação de evangelizar as populações. A cruz seguia a espada, e a espada protegia a cruz.

Não posso ler esses fatos históricos sem um arrepio. Pois esses conquistadores, esses missionários, esses mercadores, eram os irmãos daqueles que me mataram. Agiam em nome de um rei, de uma Igreja, de uma civilização que acreditavam superior. Sua violência não era apenas física; era simbólica, cultural, espiritual. Pretendia apagar um mundo para impor outro.

2.2 Os Tupi-Guarani antes do contato: espiritualidade xamânica e busca da "Terra sem Mal"

No entanto, esse mundo que os europeus estavam prestes a destruir era rico, complexo e profundamente espiritual. As populações de língua Tupi-Guarani ocupavam, antes da chegada dos portugueses, uma imensa parte do litoral brasileiro e da bacia do Paraná-Paraguai. Não se tratava de um povo único, mas de um vasto conjunto linguístico e cultural que agrupava muitas tribos – Tupinambá, Tupiniquim, Guarani, etc. – frequentemente em guerra umas contra as outras, mas compartilhando uma visão de mundo comum.

Sua organização social baseava-se no parentesco extenso, na guerra ritual e em uma prática que por muito tempo chocou os europeus: o canibalismo sagrado. Mas esse canibalismo nada tinha a ver com a barbárie que os cronistas descreviam com horror. Tratava-se de consumir os inimigos capturados não por fome, mas para assimilar sua coragem e sua força vital. Era um ato religioso, uma maneira de homenagear a bravura do adversário integrando-o à própria substância. Não justifico essa prática pelos nossos critérios modernos, mas a compreendo como uma expressão de uma cosmologia onde a vida e a morte estão intimamente entrelaçadas.

Sua espiritualidade era xamânica. O pajé (ou caraíba) era um sábio-curandeiro-profeta, capaz de se comunicar com os espíritos da natureza, de interpretar sonhos, de curar com plantas e de conduzir seu povo nas grandes buscas místicas. Era o mediador entre o mundo visível e o mundo invisível – uma figura que reconheceria mais tarde, com emoção, nos Caboclos da Umbanda.

Mas o coração de sua esperança era a crença em uma "Terra sem Mal" (Yvy Maráey), um paraíso terrestre acessível sem morrer, onde o sofrimento, a doença e a morte não existem. Grandes movimentos migratórios guaranis, conduzidos por profetas, percorriam a floresta em busca dessa terra prometida. Essa busca, compreendi-a como um eco da sede de infinito que habita toda alma humana, uma prefiguração do que a fé cristã chama de Reino de Deus.

Esse substrato espiritual – o xamanismo, a conexão com a natureza, a busca de uma terra de paz – é essencial para compreender o que, mais tarde, entraria em ressonância com o cristianismo missionário. Mas também é essencial para dimensionar a magnitude da catástrofe que se abateria sobre esses povos. Pois o que os portugueses destruíram não foram apenas corpos, mas almas, cosmologias, mundos de sentido.

2.3 As violências da colonização: epidemias, escravidão e guerras

É preciso falar aqui sem eufemismos. A colonização portuguesa foi uma catástrofe demográfica e cultural para os povos autóctones do Brasil. Os mecanismos de destruição foram múltiplos, e eu os senti todos, em minha carne de guerreiro tupi-guarani, há cinco séculos.

As doenças epidêmicas foram, de longe, a causa mais mortífera. Varíola, sarampo, gripe – doenças banais para os europeus, mas contra as quais os nativos, desprovidos de imunidade, não podiam resistir. Aldeias inteiras foram esvaziadas antes mesmo de um contato direto ter ocorrido. A morte atingia sem razão aparente, semeando terror e desespero. Como esses povos poderiam compreender que esses flagelos eram trazidos pelos estrangeiros? Viam nisso muitas vezes uma maldição, a ira dos espíritos.

A escravidão e o trabalho forçado completaram o que as epidemias haviam começado. Os colonos portugueses, os bandeirantes (exploradores-caçadores de escravos vindos de São Paulo), organizaram expedições – as entradas e bandeiras – para capturar os índios. Milhares foram arrancados de suas terras, de suas famílias, de seus deuses. Foram postos no trabalho forçado nas plantações de cana-de-açúcar, reduzidos a uma servidão que nada ficava a dever à dos escravos africanos que viriam depois.

A guerra e a violência direta completaram o quadro. As tribos que resistiam eram massacradas ou dispersas. Os portugueses, para enfraquecer os indígenas, usaram também as rivalidades intertribais, armando alguns grupos para destruir outros. Semeavam a divisão para melhor reinar.

Mas o que mais me toca, nessa violência, é sua dimensão simbólica. Pois ela não se detinha nos corpos; visava as almas. Os missionários, com intenções por vezes opostas às dos colonos, participaram ainda assim de um empreendimento de erradicação cultural. As línguas, os ritos, as crenças foram sistematicamente reprimidos, diabolizados ou substituídos pelas categorias europeias.

Diante dessa violência, as reações dos Tupi-Guarani foram diversas. Alguns escolheram a resistência armada, defendendo palmo a palmo seu território. Outros fugiram para o interior, onde os colonos ainda não podiam alcançar. Alguns, desesperados, entregaram-se a suicídios coletivos – uma maneira de dizer que a vida não era mais possível nesse mundo tornado pesadelo. Outros, enfim, optaram pela conversão, às vezes sincera, às vezes estratégica, para sobreviver ou para preservar o que ainda podia sê-lo de sua cultura.

Eu morri resistindo. Caí defendendo minha companheira. Mas sei que, em outras tribos, guerreiros como eu escolheram outros caminhos. Todos eram respostas à mesma questão: como permanecer de pé quando o mundo desaba?

2.4 As reações indígenas: resistência, fuga, conversão estratégica

Se volto hoje a esses eventos, não é apenas para deplorar uma tragédia. É também para honrar a memória daqueles que resistiram e para compreender como o Espírito de Deus – que reconheço hoje em ação em toda busca por justiça – já estava presente em suas escolhas.

A resistência armada foi heroica, mas muitas vezes vã. Os arcos e flechas dos Tupi-Guarani nada podiam contra os arcabuzes e espadas dos portugueses. No entanto, esses guerreiros não se renderam sem combate. Lutaram por sua terra, por suas mulheres, por seus filhos, pela liberdade de viver segundo seus deuses. Sua coragem, carregou-a em mim como uma herança sagrada. Quando dialoguei com os Caboclos, esses espíritos dos guerreiros ameríndios que se manifestam na Umbanda, não falava com estrangeiros. Falava com meus irmãos de armas, com aqueles que caíram como eu, a lança na mão.

A fuga para o interior foi outra forma de resistência. Permitiu que comunidades inteiras se subtraíssem ao domínio português, preservassem sua língua, seus ritos, seu modo de vida. Esses povos "refugiados" tornaram-se os guardiões de uma memória que os colonos não puderam destruir. Ainda hoje, tribos amazônicas perpetuam essa tradição de resistência pelo isolamento.



A conversão estratégica, por sua vez, é mais ambígua. Muitos índios aceitaram o batismo e os ensinamentos cristãos não por convicção, mas para escapar da escravidão, para obter a proteção dos missionários ou para acessar vantagens materiais. Mas essa conversão aparente não significava uma renúncia interior. Muitos foram aqueles que, em segredo, continuaram a venerar seus espíritos, a consultar seus pajés, a perpetuar seus ritos sob aparências católicas. Foi uma forma de resistência espiritual, uma maneira de dizer: "Podeis tomar meu corpo, podeis tomar meu nome, mas não tomareis minha alma".

Foi também o terreno de um sincretismo nascente. As imagens dos santos, impostas pelos missionários, tornaram-se esconderijos para os Orixás. As orações em latim foram recitadas com intenções que nada tinham de ortodoxas. As festas católicas tornaram-se ocasião para perpetuar danças e rituais ancestrais.

Essa ginástica espiritual, conheço-a bem. Vivi-a em minha própria busca, anos mais tarde, quando aprendi a reconhecer o rosto de Cristo nos Caboclos e a sabedoria de Francisco de Assis nos Pretos Velhos. A resistência dos Tupi-Guarani não é apenas uma lição de história; é uma lição de fé. Ensina-nos que o Espírito que Deus colocou em cada povo não pode ser extinto nem pelo ferro nem pelo fogo. Ele se esconde, se transforma, renasce.

Este capítulo é uma viagem pela memória dolorosa de nossa humanidade comum. Ao relê-lo, meço o quanto a colonização foi um crime contra o Espírito, uma negação do Evangelho sob o disfarce da evangelização. No entanto, no coração dessa noite, uma luz persiste: a da resistência, a da fé indomável dos povos que se acreditava vencidos.

O capítulo seguinte, "Os jesuítas no Brasil: entre proteção e aculturação", dará continuidade a essa exploração, mostrando como os primeiros missionários, com suas forças e fraquezas, tanto protegeram quanto alienaram os indígenas.

Capítulo 3 – Os jesuítas no Brasil: entre proteção e aculturação

« Vi a opressão do meu povo no Egito, e ouvi seu clamor; desci para libertá-lo. » (Êxodo 3,7-8, adaptado)

3.1 A missão dos jesuítas: evangelizar e civilizar

Em 1549, doze anos após a fundação de Salvador, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, desembarcou com um punhado de homens que marcariam a história do Novo Mundo. Entre eles estavam seis padres jesuítas, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega. A Companhia de Jesus, fundada em 1540 por Inácio de Loyola, era ainda jovem, mas já poderosa, disciplinada e animada por uma fé conquistadora.

Para o rei de Portugal, esses religiosos eram aliados preciosos. Deveriam evangelizar os "Gentios", certamente, mas também enquadrar a colonização nascente, dar um verniz moral a um empreendimento que não carecia dele. Os jesuítas eram os soldados de Deus em uma guerra que se queria espiritual, mas que era também política e econômica.

Sua missão era clara: fazer dos índios bons cristãos e, por isso, bons súditos do rei. Mas essa missão continha uma ambiguidade fundamental. De um lado, visava a salvação das almas, uma intenção nobre e sincera. De outro, era indissociável do projeto colonial, que se baseava na exploração das terras e dos povos.

Os jesuítas não foram meros instrumentos da coroa. Tiveram sua própria visão, por vezes em tensão com a dos colonos. Compreenderam rapidamente que, para evangelizar os indígenas, era preciso protegê-los dos excessos dos colonos, que os reduziam à escravidão e os exterminavam com o trabalho forçado. Essa foi sua primeira contradição, e sua primeira grandeza.

3.2 As ações positivas: defesa contra a escravidão, criação das aldeias, estudo das línguas

O que distingue os jesuítas dos outros atores da colonização é sua capacidade de levantar uma voz crítica contra os abusos. Desde as primeiras décadas, figuras como Nóbrega e, sobretudo, o padre Antônio Vieira, no século XVII, denunciaram com veemência a escravidão dos índios. Pressionaram o rei de Portugal para obter leis protetoras. Seus sermões, ao mesmo tempo proféticos e políticos, lembravam aos colonos que não podiam tratar os índios como bestas de carga.



Essa defesa, embora não isenta de ambiguidades (os jesuítas foram menos veementes contra a escravidão africana), salvou milhares de vidas. Freou a exterminação pura e simples de muitos grupos autóctones. Ofereceu-lhes um respiro, uma possibilidade de sobrevivência.

Para proteger os índios dos colonos e dos bandeirantes, os jesuítas criaram aldeias sob seu controle exclusivo, as aldeias. Essas missões eram comunidades fechadas onde os índios eram sedentarizados, catequizados e iniciados na agricultura e no artesanato europeus. As aldeias constituíam um baluarte físico e legal contra as investidas dos escravagistas. Nesses espaços, os

índios podiam viver, rezar, trabalhar, sem serem constantemente ameaçados de deportação.

Mas a maior contribuição dos jesuítas foi talvez a linguística. Foram linguistas excepcionais. O padre José de Anchieta compôs a primeira gramática da língua tupi, a Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595), que se tornou a língua geral, um tupi padronizado que serviu de língua veicular em todo o Brasil colonial por dois séculos.

Esse trabalho permitiu não apenas a evangelização, mas também a preservação de um patrimônio linguístico inestimável. Sem esses trabalhos, grande parte da cultura tupi-guarani talvez estivesse definitivamente perdida.

Anchieta utilizou também o teatro, a poesia e a música para ensinar o catecismo. Suas peças religiosas mesclavam figuras bíblicas, santos católicos e personagens do folclore tupi, criando assim um sincretismo artístico e religioso, certamente controlado, mas que deixava espaço para o imaginário indígena. As crianças indígenas aprendiam canto e música sacra, encantando os visitantes europeus com seu talento e fervor.

Essas ações foram louváveis. Testemunham uma real empatia, uma vontade sincera de proteger os fracos. Mas também tiveram um custo, que os próprios jesuítas talvez não tenham medido plenamente.

3.3 Os aspectos sombrios: diabolização do xamanismo, sedentarização forçada, paternalismo

A proteção jesuítica tinha um preço, e esse preço era a destruição da cultura indígena. Os jesuítas, apesar de sua inteligência e bom coração, estavam convencidos da superioridade da civilização cristã e europeia. Consideravam os índios como crianças a civilizar, não como iguais.

A diabolização do xamanismo foi um dos aspectos mais destrutivos de sua ação. Os pajés foram sistematicamente apresentados como agentes do demônio. Os jesuítas esforçaram-se para destruir sua autoridade e substituí-la pela figura do padre cristão como único intermediário legítimo com o sagrado. Essa guerra contra os xamãs foi uma guerra contra a própria alma dos povos tupi. Os curandeiros, visionários, guardiões da memória tribal foram silenciados, por vezes mortos, frequentemente marginalizados.

A sedentarização forçada foi outra violência. Os Tupi-Guarani eram povos seminômades, praticantes da caça, pesca e agricultura itinerante. Seu confinamento nas aldeias revolucionou sua organização social, sua alimentação e sua relação com o território. As migrações místicas guaranis em direção à "Terra sem Mal" foram reprimidas ou reinterpretadas como busca do paraíso cristão, esvaziando essas buscas de seu sentido profundo.

Nas aldeias, a disciplina era rígida. Os dias eram ritmados por orações, trabalho e instrução. As práticas tradicionais – a nudez, a poligamia, os rituais de passagem – foram proibidas e punidas. Esse paternalismo colonial, mesmo quando se queria benevolente, era uma forma de violência simbólica, uma negação da alteridade indígena.

Não posso ler esses fatos sem um sentimento de tristeza e raiva. Meus ancestrais tupi-guarani foram privados de sua voz, de sua memória, de sua liberdade. Disseram-lhes que seus deuses eram demônios, que seus xamãs eram impostores, que sua terra era um deserto espiritual. E ofereceram-lhes o batismo em troca de seu silêncio.

No entanto, também não posso condenar os jesuítas sem nuances. Eram homens de seu tempo, prisioneiros de suas certezas, mas sinceros em sua fé. Seu erro foi confundir o Evangelho com a civilização europeia. Não souberam discernir a obra do Espírito nas tradições que tinham a missão de substituir.

3.4 A expulsão de 1759: razões políticas e consequências espirituais

A expulsão dos jesuítas do Brasil (e de todos os territórios portugueses) em 1759 foi um evento brutal, cujas causas estavam longe de ser religiosas. O Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei José I, era um homem do Iluminismo, imbuído de racionalismo e despotismo esclarecido. Via na Companhia de Jesus um obstáculo à autoridade absoluta do Estado.

As missões jesuíticas haviam se tornado extremamente ricas e poderosas. Controlavam vasto território, mão de obra abundante, comércio florescente (notadamente o mate e o gado). Para Pombal, essas missões eram um "Estado dentro do Estado", uma ameaça ao poder real. Era preciso quebrá-las, afirmar a supremacia da coroa.

A Guerra Guaranítica (1754-1756) forneceu o pretexto ideal. O Tratado de Madrid (1750) redesenhou as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas. Sete missões jesuíticas do território dos Guaranis deveriam passar ao controle português, implicando o deslocamento forçado de seus habitantes. Os Guaranis, apoiados por alguns jesuítas, resistiram com armas. Essa rebelião foi esmagada com sangue pelos exércitos português e espanhol. Pombal acusou a Companhia de Jesus de ter fomentado essa revolta para criar um império teocrático independente.

A expulsão foi brutal. Cerca de 600 jesuítas foram expulsos do Brasil, seus bens confiscados, suas missões abandonadas. As populações indígenas foram entregues à mercê dos colonos e funcionários reais. A língua geral foi proibida, o português imposto. Foi um vazio institucional e espiritual imenso.

Mas esse vazio, paradoxalmente, foi também uma oportunidade. As práticas religiosas sincréticas – os calundus, ancestrais do Candomblé e da Umbanda – desenvolveram-se então de maneira mais autônoma e clandestina. Privados do enquadramento rigoroso dos jesuítas, os escravos africanos e seus descendentes encontraram espaço para perpetuar seus cultos sob aparências católicas. O sincretismo intensificou-se, tornou-se mais criativo, mais livre.

Para mim, a expulsão dos jesuítas foi uma ruptura que permitiu um renascimento. Foi um momento de luto, certamente, mas também um momento de emancipação. O Espírito que Deus colocou em cada povo não pode ser encerrado nas estruturas humanas. Quando essas estruturas desmoronam, Ele encontra outros caminhos para se manifestar.

Este capítulo tenta fazer justiça à complexidade dos jesuítas. Foram ao mesmo tempo protetores dos índios e instrumentos de sua alienação, construtores de uma cultura mestiça e coveiros de uma cultura ancestral. Seu legado é ambivalente, mas é incontornável para compreender o solo espiritual do Brasil.

O capítulo seguinte, "Os franciscanos: a veneração da Criação como ponte involuntária", explorará como outra forma de presença missionária abriu caminho para um sincretismo mais profundo e mais duradouro.

Capítulo 4 – Os franciscanos: a veneração da Criação como ponte involuntária

« Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz diversos frutos com flores coloridas e ervas. » (São Francisco de Assis, Cântico das Criaturas)

4.1 A chegada dos franciscanos: uma presença difusa e próxima do povo

Se os jesuítas chegaram ao Brasil como uma tropa de elite, organizada, disciplinada, ligada à coroa, os franciscanos, por sua vez, estiveram presentes desde o primeiro dia. Em 1500, quando a frota de Pedro Álvares Cabral tocou as costas brasileiras, um frade franciscano, Henrique de Coimbra, celebrou a primeira missa nessa terra que viria a ser o Brasil. Esse gesto simbólico anunciava uma presença que nunca seria tão centralizada quanto a dos jesuítas, mas que seria mais difusa, mais capilar, mais próxima do povo.

Os franciscanos não vieram como corpo constituído, por ordem do rei. Instalaram-se progressivamente, muitas vezes a pedido das populações locais ou das autoridades municipais. Sua presença era menos estratégica, mais espontânea. Estavam onde o povo estava: nos portos, nos burgos, nas aldeias remotas. Compartilhavam a vida dos mais pobres, dos marginais, dos excluídos. Essa proximidade fez deles interlocutores naturais para os índios e os escravos, que viam neles irmãos, não senhores.

Seu hábito, simples e rude, sua pobreza assumida, sua recusa das honrarias, tudo isso os aproximava dos humildes. Não tinham a prestança dos jesuítas, nem sua ciência, nem sua influência política. Mas tinham uma qualidade rara: sabiam ouvir. Não vinham impor uma civilização, mas testemunhar uma fé vivida na simplicidade.

Foi essa abordagem que fez dos franciscanos instrumentos involuntários de um sincretismo que os jesuítas, com seus métodos mais rígidos, talvez não tivessem permitido. Sua espiritualidade, centrada no amor da Criação e na humildade, criou um terreno comum com as cosmologias indígenas e africanas.

4.2 A espiritualidade franciscana como terreno comum com os cultos da natureza

Para compreender por que os franciscanos desempenharam um papel tão particular na gênese do sincretismo brasileiro, é preciso voltar à fonte de sua espiritualidade: Francisco de Assis.

Francisco de Assis não era um teólogo sistemático. Era um poeta, um amante, um louco de Deus. Sua visão do mundo era de uma simplicidade desarmante: tudo o que existe é criado por Deus, tudo carrega Sua assinatura, tudo é bom. O sol, a água, as árvores, os animais, as pedras – tudo é "irmão" e "irmã". Essa visão não era panteísta, pois Francisco de Assis não confundia o Criador e a criatura. Mas conferia à natureza uma dignidade sagrada, um valor em si, um reflexo da beleza divina.

Para os povos Tupi-Guarani, cuja espiritualidade era inteiramente fundada no diálogo com os espíritos da natureza, essa visão era infinitamente mais compreensível e próxima do que a teologia mais abstrata e intelectual dos jesuítas. Os jesuítas falavam de pecado, redenção, dogmas; os franciscanos falavam de louvor, gratidão, contemplação. Não diziam aos índios que seus espíritos eram demônios; mostravam-lhes que o Deus cristão era também o Deus da floresta, dos rios, dos pássaros.

Essa proximidade não foi fruto de uma estratégia elaborada. Veio do coração. Os franciscanos, imbuídos do Cântico das Criaturas, não podiam olhar uma árvore sem ver nela uma obra de Deus. Não podiam ouvir o canto de um pássaro sem ouvir um louvor. Não podiam encontrar um xamã sem perceber, talvez, um buscador de Deus.

Fecharam os olhos para muitas práticas que outros missionários teriam condenado. Os tambores, as danças ritmadas, as oferendas aos espíritos – tudo isso toleraram, por vezes com uma benevolência que beirava a cumplicidade. Não que aprovassem essas práticas; mas as compreendiam, reconheciam-nas como expressões de uma fé sincera, mesmo que essa fé ainda não estivesse iluminada pela revelação cristã.

4.3 As confrarias e os santuários institucionais para escravos e indígenas

Essa tolerância encontrou sua expressão mais concreta nas irmandades que os franciscanos gerenciavam em muitas igrejas e capelas. Essas confrarias destinavam-se às populações negras e indígenas, oferecendo-lhes um espaço de reunião, oração e ajuda mútua.

Nesses espaços, um fenômeno crucial ocorreu. Os frades franciscanos, consciente ou inconscientemente, fecharam os olhos para a introdução de tambores, danças ritmadas e cantos de origem africana ou indígena durante as festas de santos católicos. Essas confrarias tornaram-se santuários institucionais onde africanos e indígenas podiam se reunir, eleger seus representantes (o "rei do Congo", por exemplo) e perpetuar suas tradições sob uma aparência católica.

Foi uma forma de duplo jogo, uma dupla identidade sagrada. Oficialmente, celebrava-se São Sebastião; oficiosamente, invocava-se Oxóssi. Oficialmente, rezava-se o terço; oficiosamente, cantavam-se os louvores dos Orixás. Oficialmente, seguia-se a liturgia romana; oficiosamente, dançavam-se os ritmos ancestrais.

Os franciscanos, ao tolerarem essa ambiguidade, ofereceram aos escravos e indígenas um espaço de liberdade espiritual que os jesuítas, com sua preocupação com a ortodoxia, jamais teriam concedido. Não o fizeram por cinismo, nem por fraqueza, mas por uma intuição profunda: o Evangelho é maior do que as formas culturais que o carregam. Se os povos querem louvar Deus à sua maneira, por que impedi-los?

Essa cumplicidade silenciosa atravessou os séculos. Permitiu que os cultos africanos e indígenas sobrevivessem, se transformassem, se renovassem, sob a proteção benevolente (ou pelo menos tácita) da ordem franciscana.

4.4 A Linha de Semiromba e o nascimento de um sincretismo assumido

O desfecho desse longo processo histórico foi o nascimento, no século XX, da Congregação dos Franciscanos Espíritas da Umbanda, conhecida como Linha de Semiromba (ou Samiromba). Fundada por Laudelino de Souza Gomes, essa ramificação da Umbanda funde explicitamente o ritual afro-brasileiro com a espiritualidade franciscana.



Nos terreiros dessa linhagem, os médiuns incorporam espíritos de frades franciscanos. Vestem a túnica marrom durante os rituais, rezam o terço, fazem o sinal da cruz e colocam no mesmo altar (congá) os Caboclos, os Pretos Velhos e as figuras de São Francisco de Assis. É a prova viva de que o diálogo tácito dos séculos passados produziu um fruto espiritual assumido.

A Linha de Semiromba é uma síntese perfeita entre dois mundos que se acreditava opostos. Mostra que a santidade franciscana e a sabedoria dos Pretos Velhos podem não apenas coexistir, mas colaborar em um mesmo ato de cura e caridade. Encarna essa convicção de que o Espírito que Deus colocou em cada ser humano

pode se manifestar através de todas as culturas, todas as tradições, todas as formas de oração.

Para mim, essa linha é de importância capital. É o fruto de uma longa maturação, de uma paciente germinação. Os franciscanos não deixaram tratados teológicos sobre o xamanismo tupi, como os jesuítas fizeram com a linguística. Seu legado é mais subterrâneo, mas igualmente poderoso. Inocularam, no catolicismo popular brasileiro, uma sensibilidade franciscana que tornou o sincretismo não apenas possível, mas espiritualmente viável.

Hoje, quando vejo um médium vestido com a túnica marrom, um terço na mão, dirigindo-se a um Caboclo com o mesmo fervor que dirigiria uma oração a São Francisco, sei que o Espírito agiu através dos séculos. Utilizou a simplicidade franciscana, a tolerância das confrarias, a cumplicidade silenciosa dos frades, para preparar um terreno onde as espiritualidades oprimidas pudessem renascer.

Este capítulo mostra como uma tradição cristã, por sua própria espiritualidade, serviu de ponte para outras tradições. Os franciscanos não criaram a Umbanda; mas criaram as condições de seu surgimento, oferecendo um espaço de liberdade e reconhecendo, nos cultos da natureza, uma expressão legítima do sagrado.

O que é verdade no nível das ordens religiosas também o é no nível das almas individuais. Minha própria vocação franciscana, recebida na Toscana, preparou-me para reconhecer nos Caboclos e nos Pretos Velhos irmãos e irmãs, e para compreender que a fé cristã não é um tesouro a ser guardado com ciúmes, mas um dom a partilhar, a dilatar, a viver em diálogo com todas as culturas.

O capítulo seguinte, "A Umbanda: cartografia da alma brasileira", nos mergulhará no coração dessa religião sincrética, explorando sua hierarquia celeste, suas linhas espirituais e sua organização precisa. Será a oportunidade de descobrir como o Espírito estruturou, na diversidade das culturas brasileiras, um verdadeiro exército da caridade.

PARTE II – A EXPERIÊNCIA VIVIDA DO MUNDO INVISÍVEL

Capítulo 5 – A Umbanda: cartografia da alma brasileira

« Há diversidade de dons, mas o mesmo Espírito; diversidade de serviços, mas o mesmo Senhor. » (1 Coríntios 12,4-5)

5.1 A pirâmide celeste: Olorum, os Orixás e as falanges de espíritos

Quando participei pela primeira vez de uma Mesa Branca com Meninha, fiquei impressionado com uma coisa: não era um caos, como os preconceitos muitas vezes sugeriam. Era um cosmos, um universo ordenado, uma verdadeira cartografia do mundo invisível. Cada entidade tinha seu lugar, seu papel, sua vibração. Nada era deixado ao acaso.



No topo de tudo está **Olorum** – que alguns chamam de Zambi – o Deus Único, o Criador Supremo. Ele é a fonte de toda vida e de toda energia. Mas é tão elevado, tão transcendente, que não interage diretamente com os humanos. Delega seu poder através de uma cadeia de intermediários celestes.

Esses intermediários são os Orixás. Não se trata de deuses no sentido politeísta, mas de forças puras da natureza, de manifestações dos atributos divinos. Eles encarnam as leis cósmicas: justiça, amor, conhecimento, geração. Cada Orixá é o patrono de uma ou várias linhas de entidades, a quem transmite suas ordens e sua energia. Mas os Orixás, na Umbanda, nunca se

incorporam diretamente. Permanecem em sua esfera celeste e delegam a execução de sua vontade a espíritos mais próximos da humanidade.

Esses espíritos são os verdadeiros atores do ritual. São almas humanas que viveram na Terra, evoluíram e voltam para ajudar seus irmãos e irmãs ainda a caminho. Estão organizados em falanges, em linhas, em exércitos. Cada linha está sob a autoridade de um Orixá, e cada entidade, dentro dessa linha, tem uma função específica.

Essa estrutura piramidal falou-me imediatamente. Lembra a hierarquia angélica da tradição cristã, com seus querubins, serafins, tronos e dominações. Mas também está profundamente enraizada nas culturas brasileiras: no xamanismo indígena, nos panteões africanos, no espiritismo europeu. A Umbanda soube fundir essas heranças em um único edifício coerente.

5.2 As Sete Linhas maiores e suas legiões

A Umbanda é estruturada em torno de Sete Linhas Maiores, cada uma dirigida por um Orixá e composta por espíritos que têm uma afinidade particular com sua vibração. Essas linhas não são compartimentos estanques; comunicam-se entre si, complementam-se, harmonizam-se. Mas cada uma tem seu caráter, suas cores, seus rituais.

1. **A Linha de Oxalá** – A Fé: É a mais elevada, a mais pura. Os espíritos que a ela pertencem são instrutores e místicos. Trazem paz, harmonia, serenidade. Oxalá é frequentemente associado a Jesus Cristo, e sua cor é o branco. Quando um médium incorpora um espírito dessa linha, sente-se uma profunda paz, uma elevação espiritual.
2. **A Linha de Ogum** – A Lei: É o exército dos guerreiros e protetores. Os espíritos de Ogum traçam os caminhos, cortam as energias negativas, defendem o templo. Seu chefe emblemático é São Jorge, o santo guerreiro. Sua cor é o vermelho, e sua energia é combativa, direta, eficaz.
3. **A Linha de Oxóssi** – O Conhecimento: É o domínio dos Caboclos, os espíritos dos indígenas ameríndios. São guerreiros da floresta, mestres das ervas, curadores pela natureza. Encarnam a força, o orgulho, a retidão moral. Sua incorporação é explosiva: o corpo do médium se endireita, o peito se estufa, um grito poderoso – o brado – ecoa. Trabalham com charutos e bebidas para limpar e revigorar. Sua cor é o verde, como a floresta.
4. **A Linha de Xangô** – A Justiça Divina: Esses espíritos estão ligados às leis cósmicas, ao equilíbrio, à verdade. Sua palavra é incisiva, sem compromissos. Xangô é associado ao raio e ao fogo. Sua cor é o marrom ou o vermelho-acastanhado. Os espíritos dessa linha não toleram mentira nem injustiça.
5. **A Linha de Iemanjá** – A Geração: É o mundo das águas e das emoções. Povoada por sereias e marinheiros (Marujos), essa linha purifica as memórias psíquicas e cura as feridas do coração. Iemanjá, a mãe das águas salgadas, é venerada com devoção particular. Sua cor é o azul-claro, como o mar calmo.
6. **A Linha de Obaluaê/Omolu** – A Evolução: É o reino da sabedoria sofredora, mas vitoriosa. Aqui reinam os Pretos Velhos, os espíritos dos antigos escravos africanos mortos na velhice. Sua incorporação é exatamente o oposto da

dos Caboclos: o corpo se curva, a voz torna-se doce e arrastada. Sentados em um pequeno banco, fumando cachimbo e bebendo café, são os "avôs" da Umbanda. Sua arma é o conselho paciente, a consolação, o perdão. Ensinam que a maior força diante da injustiça é a resiliência moral. Sua cor é o preto e o branco, símbolo da dualidade da vida e da morte.

7. **A Linha de Ibeji** – A Infância: É o contraste mais marcante. Os Erês (ou Crianças) são espíritos de crianças. Sua incorporação é um turbilhão de risos, brincadeiras e doces. Sob essa inocência esconde-se um poder de limpeza espiritual temível: a pureza absoluta, contra a qual nenhuma magia negativa pode resistir. Sua cor é o rosa ou o multicolorido.

5.3 A Linha da Esquerda: Exus e Pomba Giras, guardiões das encruzilhadas

Um exército não pode existir sem uma guarda que patrulhe as fronteiras. A Linha da Esquerda é essa guarda. É composta pelos Exus (polaridade masculina) e pelas Pomba Giras (polaridade feminina).



Sua iconografia – tridentes, cores vermelho e preto, vida noturna – fez com que fossem injustamente assimilados ao Diabo pelos colonos católicos. Na realidade, são os guardiões das encruzilhadas e os agentes da justiça cármica. Lidam com as energias densas do mundo material: dinheiro, desejo, proteção contra ataques mágicos. Sua hierarquia é rigorosa, calcada na geografia simbólica: das encruzilhadas da vida (Exu Tranca Ruas) aos portões dos cemitérios (Exu Caveira).

Suas contrapartes femininas, as Pomba Giras, como Maria Padilha (inspirada em uma rainha espanhola do século XIV) ou as Ciganas, são guerreiras da sombra que defendem a autonomia das mulheres,

as questões do coração e a justiça contra a hipocrisia.

Devo confessar que, em meus primeiros encontros com essas entidades, senti certa apreensão. Minha educação católica havia deixado marcas. Mas essas entidades, com sua sabedoria, fizeram-me compreender rapidamente que esses espíritos nada tinham a ver com os demônios da imagética cristã. São policiais espirituais, não criminosos. Trabalham nas zonas mais densas do astral, onde as energias são mais pesadas, para manter a ordem e proteger os vivos. Meninha confirmava esse fato, relatando as ajudas poderosas que as entidades haviam trazido.

A Umbanda, ao integrar essas entidades em sua cosmologia, demonstrou uma audácia e uma lucidez raras. Reconheceu que o mundo espiritual, como o mundo físico, precisa de forças que atuam nas sombras, que lidam com os problemas mais urgentes, que protegem os mais vulneráveis.

5.4 A Linha de Semiromba: a aliança dos frades curadores e dos Pretos Velhos

Entre todas as linhas da Umbanda, há uma, a Linha de Semiromba, que está sob a autoridade espiritual de São Francisco de Assis, aqui chamado de Pai Semiromba.

Durante os rituais dessa linhagem, os médiuns incorporam espíritos de antigos frades, padres, eremitas, frades franciscanos. Essas entidades se manifestam para fazer orações, abençoar os fiéis, realizar curas espirituais. Sua atitude é solene, pacífica, recolhida. Utilizam água benta, o Terço, o sinal da cruz e orações de libertação em latim ou em português antigo.

Mas o que é fascinante é que esses frades, nos terreiros de Semiromba, não trabalham sozinhos. Colaboram estreitamente com os Pretos Velhos. Essa dupla espiritual é de uma potência imensa. O Preto Velho traz o conhecimento ancestral das plantas sagradas, a força da Terra, a ternura do perdão. O frade traz o poder da oração litúrgica, a estrutura teológica, a força do Céu.

Quando um fiel está profundamente perturbado, o Preto Velho o acolhe primeiro com ternura, absorve sua tristeza, limpa suas energias pesadas. Em seguida, o espírito do frade intervém para selar a cura, reestruturar o espírito do paciente, elevar suas vibrações pela oração. Ver em um mesmo altar o terço de um frade franciscano e o cachimbo de um velho escravo africano é, para mim, a mais bela imagem da Umbanda. É a prova de que, no mundo espiritual, as barreiras de raça, classe e religião se apagam diante de um objetivo único: ajudar o próximo.

5.5 A Umbanda comparada ao Candomblé: duas vias distintas

É importante, para compreender a especificidade da Umbanda, distingui-la do Candomblé, com o qual é frequentemente confundida. Embora ambas as religiões sejam afro-brasileiras e compartilhem raízes comuns, são profundamente diferentes.

O Candomblé é uma religião tradicionalista que busca preservar as raízes africanas puras. Cultua-se exclusivamente os Orixás, como forças cósmicas. Os espíritos dos mortos humanos não se incorporam durante as festas públicas. As cerimônias são feitas ao som de tambores sagrados, em danças em transe, vestidos com trajes tradicionais complexos, e a língua litúrgica é o iorubá, o fon ou o banto. O sacrifício ritual de animais faz parte integrante da religião, como uma troca de energia vital.

A Umbanda, por outro lado, é uma religião sincrética nascida no Brasil no início do século XX. Os Orixás são vistos como energias divinas supremas, frequentemente associadas a santos católicos, mas os médiuns incorporam principalmente espíritos de mortos humanos evoluídos: Caboclos, Pretos Velhos, Baianos, etc. As sessões são mais depuradas, os praticantes vestem branco, os rituais integram orações católicas e leituras espíritas. Os sacrifícios de animais são estritamente proibidos, as oferendas limitando-se a elementos vegetais.

O Candomblé é uma religião iniciática estrita, com longa clausura para os novos membros. A Umbanda é mais aberta, mais acessível, centrada na caridade pública e nas consultas gratuitas.

Para mim, o Candomblé é uma memória preciosa, um tesouro de sabedoria africana. Mas a Umbanda é um caminho de diálogo, uma via que abraça a complexidade brasileira em toda sua riqueza.

Este capítulo é um mergulho na arquitetura celeste da Umbanda. Quis mostrar que essa religião, muitas vezes desconhecida ou mal compreendida, é um edifício de notável coerência. Cada entidade, cada linha, cada cor tem sua razão de ser. Nada é deixado ao acaso. Tudo converge para um mesmo fim: a caridade, a assistência espiritual, a evolução das almas.

Mas não basta conhecer a teoria. É preciso também compreender como essa hierarquia se manifesta na prática, nos rituais cotidianos. O capítulo seguinte, "As Mesas Brancas: rituais de caridade e cura", nos mergulhará no coração da prática umbandista, onde os espíritos de luz agem concretamente para aliviar os sofrimentos humanos. Nessa caridade ativa que é a assinatura do Espírito.

Capítulo 6 – As Mesas Brancas: rituais de caridade e cura

« Cada vez que fizestes essas coisas a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. » (Mateus 25,40)

6.1 Origem e influência kardecista da Mesa Branca

Entre as múltiplas facetas da Umbanda, há uma que encarna com particular pureza o espírito de caridade que anima essa religião: a Mesa Branca. Esse ritual, diretamente herdado do espiritismo de Allan Kardec, é um momento de recolhimento silencioso, longe dos tambores e danças que caracterizam outras sessões.

Quando Meninha me falou pela primeira vez da Mesa Branca, fiquei imediatamente intrigado. Ela me descreveu salas iluminadas por velas, mesas cobertas com toalhas brancas, médiuns sentados em círculo, orações murmuradas, silêncios habitados. A atmosfera era a de uma capela, de um oratório, de um lugar onde o invisível se tornava próximo sem estardalhaço.

A influência de Allan Kardec é aqui determinante. Esse médico francês, nascido em 1804, codificou o espiritismo em um sistema filosófico coerente, baseado em três pilares: a reencarnação, a comunicação com os espíritos e a lei de causa e efeito ("como se semeia, se colhe"). Suas obras, notadamente O Livro dos Espíritos e O Evangelho Segundo o Espiritismo, tiveram um impacto imenso no Brasil, onde encontraram um terreno particularmente fértil.

A Umbanda, ao integrar a herança kardecista, deu-lhe uma cor brasileira. A Mesa Branca tornou-se o ramo mais intelectual e depurado da Umbanda, muitas vezes chamado de Umbanda Branca. Rejeitou o uso de sacrifícios de animais, tambores e roupas coloridas em favor de uma abordagem puramente voltada para a oração, a meditação e o estudo dos textos espíritas.

Mas essa depuração não era um empobrecimento. Era uma concentração no essencial: a caridade, a elevação moral, a cura das almas. A Mesa Branca tornou-se um lugar onde vivos e mortos podiam se encontrar no respeito e na paz, onde os espíritos sofredores podiam receber conselhos, onde as consciências podiam despertar para a lei divina.

6.2 Os objetivos do ritual: caridade espiritual, orientação dos espíritos, cura energética

Os objetivos da Mesa Branca são múltiplos, mas todos convergem para um mesmo fim: o amor ao próximo em sua dimensão mais concreta e mais espiritual.

A caridade espiritual é o pilar central. Os médiuns reúnem-se voluntariamente, sem qualquer remuneração, para oferecer assistência espiritual aos vivos e aos mortos. Não fazem proselitismo; não buscam convencer; colocam-se simplesmente a serviço dos que sofrem. É uma caridade desinteressada, gratuita, oferecida a todos sem distinção de religião, raça ou condição social.

A orientação dos espíritos sofredores é outra missão essencial. A Mesa Branca serve para acolher e guiar os espíritos desorientados, aqueles que vagam em planos inferiores, prisioneiros de seus apegos terrestres, de seus arrependimentos, de seus remorsos. Esses espíritos, por vezes em grandes sofrimentos, podem encontrar na Mesa Branca um lugar de escuta, de consolo, de libertação. Os médiuns, por suas orações e conselhos, ajudam-nos a compreender sua situação e a evoluir para planos mais luminosos.

A cura energética é uma terceira finalidade. Através das passes (imposição de mãos), os médiuns transmitem fluidos de luz para limpar a aura dos participantes e restabelecer seu equilíbrio energético. Essas passes não são meros gestos simbólicos; são canais pelos quais os espíritos de luz enviam energias de cura. Aqueles que as recebem podem sentir sensações de calor, leveza, paz profunda.

Esses três objetivos – caridade espiritual, orientação dos espíritos, cura energética – são inseparáveis. Formam um todo coerente, uma abordagem global do sofrimento humano, que nunca separa o corpo da alma, o visível do invisível, o presente da eternidade.

6.3 Desenrolar de uma sessão: orações, evangelho, incorporação dos guias

O desenrolar de uma sessão de Mesa Branca é ao mesmo tempo simples e profundamente codificado. Cada etapa tem seu significado, cada gesto tem seu peso.



A abertura com a oração: A sessão começa com orações cristãs ou espíritas, como o Pai-Nosso, para elevar a vibração da sala. Invoca-se a proteção dos guias superiores, a bênção de Deus, a paz de Cristo. É um momento de recolhimento, de recentramento, de abandono à vontade divina.

A leitura do Evangelho: Uma passagem de O Evangelho Segundo o Espiritismo – o comentário moral dos evangelhos por Allan Kardec – é lida em voz alta e comentada. Não é um ensino dogmático, mas uma meditação, uma iluminação das palavras de Cristo aplicadas à vida cotidiana e aos desafios espirituais dos participantes. Essa leitura prepara os corações, abre-os à palavra de Deus, torna-os

receptivos à ação dos espíritos.

A recepção dos guias: Chega então o momento crucial: a incorporação dos guias. Os médiuns, postos em condição pelas orações e leituras, entram em transe. Os espíritos de luz – frequentemente médicos espirituais, Pretos Velhos, Caboclos – assumem o comando para aconselhar e curar as pessoas presentes. Ao contrário das sessões mais movimentadas da Umbanda tradicional, aqui tudo se faz na calma. As palavras são doces, ponderadas, cheias de sabedoria. Os conselhos são práticos, concretos, sempre imbuídos de caridade.

O encerramento: O ritual termina com agradecimentos aos guias, orações de proteção e uma corrente de orações para enviar energia positiva à Terra. Cumprimentam-se, apertam-se as mãos, trocam-se algumas palavras. Mas o silêncio recolhido permanece, como uma impressão deixada pela presença dos espíritos.

6.4 O papel dos médiuns e dos Cambonos nessas cerimônias

Em uma Mesa Branca, a responsabilidade dos médiuns é imensa. Devem ser puros, calmos, receptivos. Sua preparação física e moral é rigorosa: jejum de carne, abstinência sexual, banhos purificadores. Devem manter um alto teor vibratório, sem o qual os espíritos de luz não poderiam se aproximar.

Mas os médiuns não estão sozinhos. Ao seu lado atuam os Cambonos, esses assistentes espirituais que são os olhos, ouvidos e mãos das entidades incorporadas.

O Cambono é muito mais do que um simples ajudante. É um intérprete, um secretário, um guardião. Escuta os conselhos da entidade, anota as prescrições de plantas ou os banhos espirituais receitados aos consulentes. Prepara os elementos necessários: acende a vela, estende o charuto ou a bebida sagrada, vela para que nada falte. Vigia também o estado físico do médium, apoia-o em caso de perda de equilíbrio, certifica-se de que nenhuma energia negativa perturbe a consulta.

A formação do Cambono é rigorosa. Deve conhecer perfeitamente a psicologia humana para acolher os consulentes em sofrimento, aprender o segredo dos rituais, manipular as ervas e pós sagrados. Deve também desenvolver uma grande força mental e uma discrição absoluta. O que ouve durante as consultas é um segredo espiritual, um confidencial sagrado que nunca deve ser divulgado.

Nas Mesas Brancas, o Cambono é frequentemente um médium em fase de aprendizagem. É uma escola de humildade, de serviço, de atenção ao outro. Antes de se tornar um médium realizado, é preciso saber ser um servidor fiel.

Este capítulo esboçou o rosto silencioso e orante da Umbanda: a Mesa Branca, lugar de caridade pura, de cura energética, de orientação dos espíritos. Mas a Umbanda é também um lugar de encontros mais poderosos, onde a incorporação das entidades é mais marcada, mais visível. É o que exploraremos no capítulo seguinte, "A incorporação: encontro do celeste e do terrestre", onde o invisível se torna palpável.

Capítulo 7 – A incorporação: encontro do celeste e do terrestre

« O Espírito sopra onde quer; ouves a sua voz, mas não sabes de onde vem nem para onde vai. » (João 3,8)

7.1 A preparação, o chamado e o choque energético

A incorporação, na Umbanda, não é uma possessão demoníaca, como os preconceitos dos colonos muitas vezes fizeram crer. Também não é um simples fenômeno psicológico, uma autossugestão. É uma comunhão energética e telepática, um encontro entre uma alma encarnada e uma alma desencarnada, para o bem de todos.

Quando me sentava ao lado de Meninha no terreiro (a sala privada de nossa residência), via o processo se desenrolar com uma precisão quase coreográfica. Cada etapa tinha seu tempo, seu ritmo, sua razão de ser.

A Preparação (o Terço): Tudo começa bem antes da sessão. Os médiuns purificam-se com banhos de ervas, orações, um jejum leve. Vestem roupas brancas, símbolo de pureza e receptividade. O terreiro em si é limpo espiritualmente com incenso, fumigações, cantos protetores. Acendem-se velas, traçam-se signos sagrados no chão. A atmosfera é recolhida, concentrada.

O Chamado (os Pontos Cantados): Depois vêm os tambores, os atabaques. Ressoam com uma regularidade hipnótica. A assembleia canta hinos específicos, chamados pontos. Cada ponto é um chamado, uma invocação, um sinal lançado ao mundo invisível. O ritmo acelera, as ondas cerebrais dos médiuns se modificam, passando do estado de vigília a um estado de consciência alterado. Os tambores não são um simples acompanhamento musical; são uma ferramenta técnica, um meio de criar uma ponte vibracional entre os mundos.

A Conexão (o Choque Energético): É o momento mais delicado, aquele que os médiuns temem e esperam ao mesmo tempo. A entidade não entra "no" corpo físico do médium, como muitas vezes se imaginou. Ela envolve o corpo espiritual (perispírito) do médium, adapta-se a ele, harmoniza-se. O médium sente então um arrepio intenso, uma alteração de seu ritmo cardíaco, uma sensação de peso ou leveza. Os olhos podem se fechar, a cabeça pender, a respiração se modificar. É um choque, mas um choque controlado, acolhido.

Meninha descrevia-me frequentemente essa sensação como uma onda, uma subida de água quente que percorria seu corpo, da base da coluna vertebral ao topo da cabeça. Dizia: « É como se alguém batesse à porta da minha alma, e eu devesse abrir, sem medo, sem reservas. »

7.2 O brado e o controle da entidade

No momento exato em que a energia se alinha, em que a conexão está plenamente estabelecida, a entidade solta seu grito característico: o brado.

O brado é a assinatura da entidade, sua impressão vibracional. Um Caboclo, espírito de guerreiro ameríndio, soltará um grito de guerra potente, sonoro, quase bestial. Um Exu deixará escapar uma risada franca, libertadora. Um Preto Velho suspirará longamente, como carregado pelo peso dos anos e dos sofrimentos suportados.

Esse brado é ao mesmo tempo um sinal para a assembleia – a entidade está presente, o trabalho vai começar – e uma libertação para o médium, que abandona o controle de seu corpo e de sua voz.

Então a entidade assume o controle. Seus gestos, suas palavras, suas posturas não são mais os do médium. Um Caboclo se endireita, o peito estufado, a mão no arco imaginário. Um Preto Velho se curva, se deixa cair, toma a voz doce e arrastada de um velho. Um Erê, espírito de criança, pula, ri, faz travessuras. Cada entidade tem sua gestualidade, seu jeito de andar, de falar, de se comportar.

O médium, por sua vez, geralmente permanece consciente a 50%. É o que se chama de mediunidade consciente ou semiconsciente. Vê o que a entidade vê, ouve o que ela diz, mas é como um espectador passivo dentro de seu próprio corpo. Não tem controle, mas não está totalmente ausente. Está ali, testemunha do que acontece através dele.

7.3 Os três tipos de mediunidade: consciente, semiconsciente, inconsciente

Nem todos os médiuns vivem a incorporação da mesma maneira. Dependendo de sua receptividade, de sua experiência, de sua constituição espiritual, distribuem-se em três grandes categorias.

O médium consciente (o mais frequente): A grande maioria dos médiuns da Umbanda são conscientes. Ouvem as palavras que a entidade pronuncia, veem os gestos que ela faz, mas agem como observadores passivos. Após a

sessão, lembram-se de quase tudo, embora as memórias se apaguem rapidamente, como os detalhes de um sonho ao despertar. O maior desafio para esses médiuns é a dúvida: como se lembram de seus gestos e palavras, muitas vezes temem ter inventado tudo. É com o tempo e com o retorno dos consulentes que o médium aprende a diferenciar seus próprios pensamentos da voz da entidade.



O médium semiconsciente: É um estado intermediário muito comum durante as consultas. O médium capta os pensamentos da entidade na forma de intuições ultrarrápidas, pouco antes de sua boca pronunciar as palavras. Está em um estado de transe leve, como um sonho acordado. Após a partida da entidade, tem apenas flashes, memórias fragmentadas. Pode se lembrar de ter falado com uma pessoa em particular, mas será incapaz de reproduzir as frases exatas ou os conselhos precisos dados.

O médium inconsciente (o mais raro): Esse estado exige grande receptividade orgânica e espiritual. O espírito do médium é temporariamente colocado em espera pelos guias espirituais. A

entidade assume o controle total do sistema nervoso e do corpo físico. Ao retornar à realidade, o médium está em estado de amnésia total. Não sabe absolutamente o que disse, o que fez, nem a quem curou. Tem a impressão de acordar de um sono profundo. Esse estado é impressionante, mas também exigente e frágil.

Meninha era sempre inconsciente. Não se lembrava das pessoas que havia ajudado; era seu assistente, o Cambono, quem lhe relatava os fatos da Mesa Branca. Um pouco como uma E.M.I. (Experiência de Morte Iminente) seguida de uma ata de reunião...

7.4 A desincorporação: sensações físicas e emocionais

Após a partida da entidade, o momento do retorno à realidade física chama-se desincorporação ou descolamento energético. O que o médium sente depende de sua experiência e da entidade que recebeu, mas o estado geral é frequentemente marcado por uma transição intensa.

As sensações físicas são variadas. Um choque térmico: o médium sente muitas vezes um arrepio súbito, uma sensação de frio ou de calor intenso no momento em que a energia da entidade deixa seu perispírito. Uma desorientação espacial: durante alguns segundos, o médium pode ter tonturas, perdas de equilíbrio ou visão turva. Uma fadiga ou um aumento de energia: após um Preto Velho, o médium pode se sentir temporariamente pesado, dolorido, cansado. Após um Caboclo ou um Exu, sente frequentemente uma descarga de adrenalina e uma grande vitalidade física.

As sensações emocionais e mentais são igualmente marcantes. O médium leva alguns minutos para reconectar seus próprios pensamentos, como se saísse de um sonho acordado. Mas uma paz profunda o invade: apesar da fadiga, sente um imenso sentimento de leveza, serenidade, dever cumprido. As dores físicas, se existiam antes da sessão, desapareceram durante a incorporação e voltam progressivamente após a partida da entidade.

É um processo delicado, que exige tempo e silêncio. Os assistentes, os Cambonos, velam para que o médium não seja bruscamente interrompido, para que possa retomar seus sentidos em seu próprio ritmo.

7.5 Cores das velas e saudações aos Orixás

Na Umbanda, as velas não são meros acessórios. São condensadores de energia, suportes vibracionais que ajudam a focalizar e orientar as forças espirituais. Cada Orixá possui sua cor vibracional, sua saudação sagrada.

- Oxalá: branco. Saudação: Oxalá! ou Jesus! Símbolo de paz e pureza.
- Ogum: vermelho. Saudação: Ogum! Símbolo de força e proteção.
- Oxóssi: verde. Saudação: Oxóssi! Símbolo de conhecimento e natureza.
- Xangô: marrom ou vermelho-acastanhado. Saudação: Xangô! Símbolo de justiça.
- Iemanjá: azul-claro. Saudação: Iemanjá! Símbolo de maternidade e geração.
- Obaluaê/Omolu: preto e branco. Saudação: Omolu! Símbolo de cura e evolução.
- Iansã: amarelo. Saudação: Iansã! Símbolo de coragem e liberdade.
- Oxum: amarelo-dourado. Saudação: Oxum! Símbolo de amor e prosperidade.
- Ibeji: rosa ou multicolorido. Saudação: Erê! Símbolo de infância e alegria.

Durante os rituais, acendem-se velas da cor do Orixá que se deseja invocar. Essas chamas são chamados, oferendas, guias para os espíritos que trabalham na sessão. Cada médium conhece a cor de seu Orixá regente e dedica-lhe atenção particular.

Este capítulo é um mergulho na experiência íntima da incorporação. O que descrevi, vi em Meninha, senti em mim, compreendi como uma graça. A Umbanda não se reduz a uma teoria; é uma prática vivida, um encontro com o invisível, uma transformação interior.

Mas para que um médium possa viver esses encontros em segurança, deve passar por uma formação rigorosa, uma iniciação progressiva. A Umbanda, como toda via espiritual autêntica, não é coisa de amadores. Exige tempo, disciplina, humildade. Este capítulo 8 é uma homenagem a todos aqueles que, como Meninha, dedicaram anos de formação para se tornarem canais dignos do invisível. Meninha começou sua formação aos 6 anos de idade.

Capítulo 8 – A iniciação e a consagração

« Feliz aquele que encontrou a sabedoria, e o homem que adquiriu a inteligência! » (Provérbios 3,13)

8.1 O desenvolvimento mediúnico: a escola da gira e a disciplina de vida

Quando comecei a frequentar as Mesas Brancas ao lado de Meninha, fiquei impressionado com uma coisa: ninguém se tornava médium da noite para o dia. Aqueles que encarnavam os Caboclos com tanta segurança, os Pretos Velhos com tanta sabedoria, tinham por trás de si anos de formação, anos de dúvida, anos de perseverança.

Esse processo de aprendizagem chama-se Desenvolvimento Mediúnico. É uma escola de vida, uma escola da alma.

A escola da Gira: O médium em formação instala-se primeiro no fundo do templo, no que se chama de "corrente". Ainda não está no centro da ação. Observa, aprende, impregna-se. Deve aprender a controlar seu corpo, a esvaziar sua mente, a reconhecer a energia de seus guias sem bloquear a transe. É uma aprendizagem longa, por vezes frustrante, mas indispensável. Não se aprende a andar correndo; aprende-se a andar cambaleando, caindo, levantando-se.

O estudo teórico: Os terreiros sérios não se contentam com práticas rituais. Ministram cursos sobre a teologia da Umbanda, sobre o uso das ervas sagradas, sobre o significado dos símbolos desenhados no chão, sobre a ética espiritual. O médium deve compreender o que faz, por que o faz e quais são as consequências. A ignorância não é desculpa; é um perigo. Como em muitas outras esferas...

A disciplina de vida: O médium aprende a respeitar preceitos antes das sessões: jejum de carne, abstinência sexual, abstinência de álcool por 24 a 48 horas. Essas práticas não são punições; são meios de manter um alto teor vibratório, de estar receptivo às energias sutis. Um corpo sobrecarregado, uma mente agitada, não podem ser canais puros.

Meninha seguia essas regras com um rigor que eu admirava. Dizia: « Não se brinca com o invisível. Se não estou pronta, posso fazer mal, a mim mesma e aos outros. » Essa disciplina não era uma obrigação; era uma forma de amor, de atenção ao outro.

8.2 A formação do Cambono: intérprete, guardião e secretário

Se o médium é o canal da entidade, o Cambono é seu braço direito, seu assistente, seu guardião. O papel do Cambono é tão sagrado que é considerado uma função espiritual por si só, e não um simples serviço prático.

Sua formação: O Cambono segue uma formação rigorosa dentro do terreiro. Deve conhecer perfeitamente a psicologia humana para acolher os consulentes em sofrimento. Deve aprender o segredo dos rituais para saber manipular as ervas, os pós, os elementos sagrados a pedido da entidade. Deve desenvolver uma grande força mental e uma discrição absoluta. O que ouve durante as consultas é um segredo médico espiritual, um confidencial que nunca deve ser divulgado.

Seu papel crucial: Durante a sessão, o Cambono é o intérprete e o secretário da entidade. Como o médium está em transe, às vezes inconsciente, o Cambono ouve os conselhos da entidade, anota as prescrições de plantas ou os banhos espirituais receitados aos consulentes. Prepara os elementos necessários: acende a vela, estende o charuto, serve a bebida sagrada. Vigia a condição física do médium, apoia-o em caso de perda de equilíbrio durante a desincorporação, certifica-se de que nenhuma energia negativa perturbe a consulta.

Muitos Cambonos são eles próprios médiuns em fase de aprendizagem. É uma escola de humildade, de serviço, de atenção ao outro. Antes de poder guiar, é preciso saber servir.

8.3 O Batismo de Umbanda e o Amaci: a aprovação oficial

A Umbanda pratica várias cerimônias para aprovar uma pessoa em seu papel espiritual. Entre elas, duas se distinguem por sua importância.



O Batismo de Umbanda: Esse ritual é acessível a todos, crianças ou adultos, médiuns ou não. É um ritual de proteção divina, muitas vezes realizado com água do mar, água doce ou cachoeiras, sob a regência do Orixá Oxalá e de Iemanjá. Não se trata de um batismo cristão, com suas promessas e renúncias; é uma imersão simbólica nas águas da purificação, um pedido de proteção para toda a vida.

O Ritual do Amaci (a Iniciação): É o ritual em que o médium é oficialmente aprovado para seu papel. O líder espiritual (Pai ou Mãe de Santo) derrama sobre a cabeça (Ori) do médium uma preparação sagrada à base de ervas específicas maceradas. É uma entidade de direita, frequentemente um Caboclo chefe de casa, que consagra o

médium. Esse ritual limpa os canais psíquicos, conecta oficialmente o médium a seus Orixás regentes e lhe dá autorização para começar a trabalhar no terreiro. Não é um espetáculo; é um sacramento, uma aliança.

8.4 A Coroação: a etapa final da formação

A Coroação é a etapa final, a consagração suprema. Realizada após vários anos de prática, esse ritual conduzido pela entidade guia confirma que o médium está totalmente pronto, maduro, autorizado a realizar consultas públicas e a dirigir trabalhos espirituais.

O desenrolar é impressionante. Uma entidade de alta hierarquia, geralmente um grande Caboclo ou um Preto Velho, desenha um imenso Ponto Riscado (um diagrama sagrado) no chão com giz. Dispõe velas nos quatro pontos cardeais e ervas específicas. A pessoa a ser consagrada instala-se, muitas vezes de joelhos ou sentada em um pequeno banco, no centro exato desse desenho geométrico. O Ponto Riscado age como um portal dimensional e um escudo.

Enquanto a corrente espiritual canta ao redor do círculo, a entidade purifica a aura da pessoa e a consagra oficialmente. Esse ritual sela sua entrada definitiva como médium da casa, ou a consagra como Cambono oficial, ou confirma a autoridade de seu Guia espiritual principal. É uma verdadeira assinatura espiritual, um selo indelével.

Meninha, por sua vez, nunca buscou a Coroação. Dizia: « Sou um instrumento, não um mestre. Não preciso de títulos para servir. » Sua modéstia era sua maior força.

8.5 Os Pontos Riscados: geometria sagrada e assinatura espiritual

O Ponto Riscado é um dos elementos mais fascinantes da Umbanda. Desenhado no chão com um giz sagrado (pemba), não é um simples desenho; é uma escrita mágica, uma carteira de identidade, uma arma espiritual.

A identificação: Cada símbolo tem um sentido. Uma flecha representa Oxóssi, uma espada representa Ogum, uma chave representa a abertura dos caminhos por Exu. Ao ler o Ponto Riscado, os dirigentes do templo sabem exatamente qual entidade está presente e de onde ela tira sua força. É uma linguagem codificada, um alfabeto sagrado.

O para-raios energético: O Ponto Riscado funciona também como um circuito eletrônico espiritual. Atrai e aprisiona as energias negativas da sala para destruí-las, e difunde a energia divina dos Orixás. É um filtro, um escudo, um canal.

A validação: Durante os rituais de iniciação, como a Coroação, a entidade desenha seu Ponto e coloca sua mão ou seu pé sobre ele. É sua assinatura, provando que é um espírito de luz validado pelas leis da Umbanda.

8.6 O papel do Pai ou da Mãe de Santo

O Pai de Santo ou a Mãe de Santo – tecnicamente chamados de Babalorixá e Ialorixá – é o chefe supremo, espiritual e material, do terreiro (o templo).

O papel de líder: É a pessoa humana que dirige a comunidade. Possui imensa experiência, muitas vezes décadas de prática. É responsável pela ordem, disciplina, segurança psicológica e espiritual de todos os membros.

O formador: O Pai de Santo é quem avalia a mediunidade dos recém-chegados, quem orquestra os rituais de iniciação, quem ensina a teologia da religião aos médiuns e Cambonos.

A ponte com o mundo físico: Mesmo que as entidades guiem o templo desde o astral, é o Pai de Santo quem toma as decisões na matéria: gerenciar o local, acolher o público, organizar as obras de caridade. É um papel de mentor, de conselheiro espiritual, de protetor.

Este capítulo é um mergulho nos bastidores da Umbanda, onde se formam os médiuns, onde se preparam as consagrações. O que vi ali, o que vivi, ensinou-me que a espiritualidade autêntica é uma via exigente. Não se contenta com belas palavras ou boas intenções; exige tempo, trabalho, humildade.

Mas essa exigência é também uma promessa: abre-nos a uma vida mais profunda, mais livre, mais próxima do Espírito. O capítulo seguinte, "Memória da alma e reencarnação", abordará a dimensão mais pessoal dessa trajetória: a revelação de minha vida anterior, minha união com Meninha e a continuidade do amor além da morte.

PARTE III – A BUSCA DO ESPÍRITO E A SUPERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Capítulo 9 – Memória da alma e reencarnação

« Dar-vos-ei um coração novo, e porei em vós um espírito novo. » (Ezequiel 36,26)

9.1 A revelação da vida anterior: o guerreiro tupi-guarani e sua companheira

Há verdades que não se descobrem nos livros, mas no silêncio da alma. Foi nesse silêncio, durante uma Mesa Branca, que uma entidade de luz dirigiu-se a mim com uma solenidade que me fez estremecer. Falou-me de uma vida anterior, no século XVI, nas terras brasileiras. Uma vida que eu havia esquecido, mas que minha alma nunca deixara de carregar.



Eu era então um guerreiro Tupi-Guarani. Vivia em harmonia com a floresta, com os espíritos da natureza, com esse sopro sagrado que os Tupi já chamavam de um nome próximo do Espírito. Estava unido àquela que, cinco séculos depois, se tornaria minha esposa, Meninha. Éramos jovens, apaixonados, cheios de vida. Compartilhávamos os sonhos de nosso povo, as danças, os cantos, as buscas místicas em direção à "Terra sem Mal".

Depois vieram os invasores portugueses. Não buscavam o diálogo; buscavam a terra, o ouro, as almas para reduzir à servidão. Um dia, atacaram nossa aldeia. Defendi minha companheira com meu corpo e meu arco, mas as armas de fogo dos colonos eram mais rápidas.

Caí sob seus golpes, meu sangue se misturando à terra que eu amava. Morri protegendo-a. Nunca soube o que foi feito dela.

Essa revelação me abalou profundamente. Tudo se iluminava sob uma nova luz. Meu amor imediato por Meninha, meu fascínio pela cultura brasileira, minha raiva surda contra as injustiças coloniais, e até mesmo essa estranha familiaridade que sempre sentira em relação aos Caboclos, esses espíritos dos guerreiros ameríndios que se manifestam na Umbanda. Eles não eram estrangeiros; eram meus irmãos de armas, meus companheiros da primeira vida.

Mas a revelação mais perturbadora foi compreender que eu fora morto por cristãos e que, no entanto, carregava em meu coração um amor indelével por Cristo. Isso não me levou à rejeição do cristianismo. Ao contrário, ensinou-me uma distinção profunda entre a mensagem de Cristo e os crimes cometidos em Seu nome. Jesus não armara os soldados portugueses; não era Ele quem abençoara a destruição das culturas indígenas. O cristianismo fora capturado pela lógica do império, como o seria tantas vezes ao longo da história.

9.2 O ciclo fechado: a união com Meninha no século XXI

Cinco séculos após essa tragédia, a vida nos ofereceu uma segunda chance. Nasci na Toscana, no húmus franciscano, embalado pelo amor da Criação e pela fraternidade universal. Meninha nasceu no Brasil, herdeira daquele povo Tupi-Guarani que eu defendera, portadora daquela memória ancestral que a colonização não pudera apagar.

Encontramo-nos na Suíça, terra de exílio para ambos. Desde o primeiro olhar, a reconheci. Havia em seus olhos aquela profundidade que eu conhecera cinco séculos antes, aquela luz que não era deste mundo. Não nos descobrimos; nos reconhecemos.

Nossa união foi uma restauração. O profeta Joel fala em "restaurar os anos que os gafanhotos devoraram" (Jl 2,25). Nossa união foi essa restauração. O que a violência colonial havia quebrado, o amor fiel através dos séculos o reconstruíra. Selamos uma união que não era uma novidade, mas um cumprimento, o "ciclo" finalmente fechado de um amor interrompido pelo ódio.

Essa compreensão transformou nossa vida em comum. Cada gesto de ternura, cada silêncio compartilhado, cada oração murmurada ganhava uma nova profundidade. Não éramos dois estrangeiros que se amavam; éramos duas almas que completavam uma viagem começada muito antes de nosso nascimento.

9.3 A dupla experiência da rejeição: vítima da colonização e migrante na Suíça

Minha trajetória, compreendi mais tarde, foi marcada por uma simetria iniciática de rara potência. Fui colocado dos dois lados da ferida.

Em minha vida anterior, era o autóctone agredido pelo colonizador, o indígena morto em sua própria terra por invasores vindos do além-mar. Conhecia a violência, a injustiça, a morte em nome de uma fé que eu não escolhera.

Nesta vida, tornei-me o migrante, o estrangeiro, o toscano em terra helvética. Conheci a rejeição, a desconfiança, a porta que se abre apenas pela metade. A xenofobia suíça, essa forma surda e polida de racismo, lembrou-me o que eu vivera cinco séculos antes. Conheci também suíços abertos ou respeitosos com outras culturas.

Essa dupla experiência poderia ter me enchido de amargura, de raiva, de desejo de vingança. Teve, ao contrário, o efeito inverso. Encheu-me de compaixão. Sabia, por experiência direta, o que era ser rejeitado. Sabia o que era ver sua cultura, sua língua, suas crenças desprezadas. E escolhi responder com alegria, abertura multicultural, fé.

Essa simetria é de uma potência iniciática rara. Ensinou-me que o opressor e o oprimido não são categorias fixas, mas posições que se podem ocupar alternadamente ao longo das vidas. Ensinou-me que a única resposta digna à violência é o amor, e que o amor é mais forte que a morte.

9.4 O casamento como sacramento cósmico e signo escatológico

Nossa união, com Meninha, não foi um contrato civil ou uma cerimônia religiosa como outra qualquer. Foi um sacramento cósmico, um signo escatológico.

No cristianismo, o casamento é um sacramento que simboliza a união de Cristo e da Igreja. Para nós, simbolizou ainda mais: simbolizou a restauração do que a violência havia quebrado, a promessa de que nada do que é amado está jamais verdadeiramente perdido.

Nossa união foi uma profecia em ato. Proclamava, sem alarde, que o amor é mais forte que o tempo, que as almas se reconhecem além das vidas, que Deus nunca abandona aqueles que se amam. Anunciava que a reencarnação não é um ciclo absurdo de mortes e renascimentos, mas um caminho onde cada vida traz sua lição, onde as feridas são curadas, onde os amores quebrados são restaurados.

Meninha, por seu dom de mediunidade, era o canal dessa verdade. Nunca duvidou de nossa história comum. Dizia: « Nós nos amamos antes, amamo-nos agora, amar-nos-emos sempre. O amor é eterno. »

9.5 A partida de Meninha e a continuidade do amor além da morte

Infelizmente, esta vida, como a anterior, foi marcada pela separação. Meninha partiu antes de mim. Cruzou o limiar da morte corporal, deixando um vazio imenso em minha vida e em meu coração.

Mas essa partida não é uma ausência. Sei, por minha longa experiência mediúnica, que os espíritos não estão ausentes. Sei que Meninha está do outro lado do véu, mas não está longe. Faz parte daquele exército espiritual de que falamos, daquela falange de luz que guia os que buscam.

Talvez continue sua obra de mediunidade, não mais através de um corpo físico, mas diretamente, no mundo espiritual. Talvez seja um daqueles guias que me acompanham, que me deram a formação bíblica, que me preparam para minha própria passagem.

Sua morte não é um fim. É uma transição, um cumprimento. O ciclo não é um fim; é um cumprimento. Reencontrar-nos-emos, estou certo, na "Terra sem Mal" dos Tupi-Guarani, na luz de Dilmun, no Reino de Deus.

São Francisco de Assis, meu guia toscano, compôs este verso em seu Cântico das Criaturas:

Laudato si', mi' Signore, per sora nostra Morte corporale, da la quale nullu homo vivente pò skappare.

« Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa Morte corporal, da qual nenhum homem vivente pode escapar. »

Francisco de Assis não via a morte como uma inimiga, mas como uma irmã que nos abre a porta da verdadeira Vida. Meninha atravessou essa porta antes de mim. Mas não desapareceu. Entrou na luz do Espírito. E eu, continuo meu caminho, carregando sua lembrança, sua luz, seu amor.

Este capítulo, mais pessoal e íntimo, toca a memória da alma, o amor que atravessa os séculos, a morte que não é um fim. Mas também abriu uma questão mais ampla: a do Espírito, dessa força que guia, consola, liberta.

O capítulo seguinte, o último, "O Espírito Santo como fonte de liberdade", abordará essa questão fundamental: como o Espírito que Deus colocou em cada um pode nos libertar das instituições, dos dogmas, dos medos, para nos conduzir a uma fé livre e universal.

Capítulo 10 – O Espírito Santo como fonte de liberdade

« O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para anunciar boas-novas aos pobres. » (Lucas 4,18)

10.1 A unção interior: o Espírito como Mestre direto



Ao longo deste testemunho, falei do Espírito. Nomeei-O com vários nomes: o Espírito Santo, o Espírito que Deus colocou em cada um, o Soprador que anima a Criação. Mas não é uma abstração teológica. É uma experiência vivida, uma presença íntima, uma realidade que transformou minha vida.

São João escreve em sua primeira epístola: « Quanto a vós, a unção que d'Ele recebestes permanece em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina todas as coisas, e é verdadeira e não é mentira, permaneçei n'Ele, como ela vos ensinou. » (1 João 2,27)

Esse versículo, eu o vivi. O Espírito que Deus colocou em mim – e em cada um – é o Mestre interior. Não precisa de intermediários designados, de cleros autoproclamados, de sistemas teológicos fechados. Fala diretamente ao coração, no silêncio da oração, na escuta das Escrituras, no diálogo com os espíritos de luz, no encontro com o outro.

Essa unção interior não me dispensou de aprender. Li, estudei, ouvi. Mas tudo o que aprendi, submeti a essa luz interior, a esse discernimento que o Espírito me deu. Não aceitei os ensinamentos porque vinham de uma autoridade reconhecida, mas porque ressoavam com essa verdade profunda que eu carregava em mim.

Essa liberdade interior é uma graça, mas também uma responsabilidade. Obriga-me a permanecer vigilante, a não confundir meus próprios desejos com a voz do Espírito, a não me deixar embalar por ilusões espirituais. É por isso que o discernimento é uma prática constante, uma vigilância de cada instante.

10.2 O Espírito em cada um: dignidade inalienável de toda alma

Se o Espírito está em mim, está também em cada um. Essa convicção é o fundamento de minha abertura multicultural, de minha ausência de preconceitos, de minha capacidade de dialogar com os Caboclos e os Pretos Velhos sem medo nem sentimento de traição.

Por quê? Porque se Deus colocou Seu Espírito em cada ser humano, então nenhuma cultura, nenhuma religião, nenhuma tradição está totalmente vazia de Sua Presença. O pajé tupi-guarani que reza aos espíritos da floresta, o médium de Umbanda que incorpora um Preto Velho, o protestante que lê sua Bíblia, o católico que reza seu terço – todos, na medida em que buscam a luz, a caridade e a verdade, são movidos por esse mesmo Espírito, em graus diversos e segundo modalidades diferentes.

Essa convicção é profundamente franciscana. São Francisco não converteu o sultão Al-Kamil pela controvérsia teológica, mas por sua presença amorosa e seu respeito. Reconheceu no outro – o muçulmano, o leproso, o lobo – uma criatura de Deus, habitada pelo sopro do Criador.

Minha fé no Espírito presente em cada um é a chave da minha liberdade. Liberta-me da necessidade de julgar, de condenar, de classificar as almas entre "salvas" e "perdidas". Abre-me à escuta, ao diálogo, ao maravilhamento diante dos múltiplos caminhos que a Graça percorre.

10.3 O discernimento dos espíritos: um carisma para ler os corações

Falei-lhes do « discernimento dos pensamentos e intenções profundas dos homens ». Não é uma formulação anódina. O discernimento dos espíritos é um carisma, um dom do Espírito Santo, que São Paulo menciona em sua primeira carta aos Coríntios (1 Cor 12,10). Permite "julgar" não as pessoas, mas os espíritos que as animam: distinguir o que vem de Deus, o que vem do humano ferido e o que vem das trevas.

Desenvolvi esse carisma ao longo de meus vinte anos de vida espiritual, no diálogo com as entidades, na experiência da mediunidade ao lado de Meninha, na formação bíblica recebida dos espíritos. Aprendi a "ler" as almas, não para dominá-las, mas para compreendê-las, ajudá-las, amá-las.

Esse discernimento é também o que me permitiu ver claro nas instituições humanas. Reconheci, sob os discursos de piedade, as « intenções profundas »: o desejo de poder, a necessidade de controle, o medo da liberdade, o orgulho espiritual que se toma por Deus.

Mas o discernimento não é um dom reservado a uma elite. É oferecido a todo cristão que busca sinceramente conhecer a vontade de Deus. Adquire-se pela oração, pelo estudo das Escrituras, pela experiência da vida, pela humildade de reconhecer que não sabemos tudo.

10.4 A rejeição das instituições que pretendem "qualificar" a fé

E é aqui que minha experiência se torna profética.

Não rejeito a fé cristã. Não rejeito o Evangelho. Não rejeito Cristo. Ao contrário: amo-O, sirvo-O, rezo a Ele. Mas rejeito – com uma força tranquila – a pretensão das instituições humanas de "qualificar" a fé, de emitir certificados de autenticidade espiritual, de traçar fronteiras entre o "dentro" e o "fora", entre o "ortodoxo" e o "herético".

Essa rejeição não é um capricho. É fruto de uma dupla experiência:

A experiência da violência institucional: Vivi-a em minha carne no século XVI, quando soldados portugueses – abençoados pela Igreja de seu tempo – me mataram. Vi-a em ação na colonização, na destruição das culturas indígenas, na diabolização dos cultos africanos. Sei, por minha memória de alma, o que significa ser vítima de uma instituição que pretende deter o monopólio da salvação.

A experiência da liberdade espiritual: Durante vinte anos, dialoguei com espíritos de luz que nunca me pediram para abandonar Cristo. Ao contrário: formaram-me na Bíblia, abriram-me as Escrituras, mostraram-me a continuidade entre a sabedoria dos Caboclos, a caridade dos Pretos Velhos e o amor evangélico. Essa experiência direta do Espírito libertou-me da necessidade de validação institucional. Não preciso que um bispo ou um pastor me diga se minha fé é "válida". Tenho a prova viva em meu coração, em minha vida, nos frutos de paz, alegria e amor que dela decorrem.

Essa rejeição não é, portanto, destrutiva. É profética. Lembra à Igreja – e a toda instituição religiosa – que ela é serva do Espírito, e não sua proprietária. Que Deus "sopra onde quer" (João 3,8). Que os sacramentos, os dogmas, as estruturas são meios, não fins. Que o critério último, segundo as próprias palavras de Jesus, não é a pertença institucional, mas o amor concreto: « Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros. » (João 13,35)

10.5 A fé solitária como fé depurada: retorno ao essencial

Muitos se preocupam comigo. Dizem-me: « Mas estás sozinho agora. Sem comunidade, sem igreja, sem sacramentos. Como podes continuar crente? »

Respondo-lhes que a fé solitária não é uma fé diminuída, mas uma fé depurada. Está livre de compromissos, de captações, de lutas de poder. É um retorno ao essencial: a relação direta entre a alma e seu Criador.

Acreditar sozinho, ou em pequena comunidade invisível, não é isolar-se. É reencontrar o caminho interior, onde o Espírito fala sem intermediário. É ser fiel ao que percebo, longe dos compromissos e das captações culturais.

Essa solidão não é um abandono. É uma plenitude. Não estou sozinho, pois o Espírito está comigo. Não estou sozinho, pois Meninha, embora partida, está presente. Não estou sozinho, pois os espíritos de luz me acompanham. Não estou sozinho, pois a comunhão dos santos é uma realidade que transcende as fronteiras visíveis.

Aprendi a orar no silêncio, a ler as Escrituras sem o filtro dos comentários oficiais, a ouvir o Espírito na intimidade de meu coração. Essa fé depurada é talvez mais frágil, mais vulnerável, mas também mais autêntica, mais próxima do que Jesus viveu no deserto, na noite de Getsêmani, na cruz.

10.6 A Bíblia etíope: uma memória fiel das origens

Nessa busca por uma fé depurada, encontrei um aliado inesperado: a Bíblia etíope. Essa Bíblia, que contém livros que o Ocidente excluiu – como o Livro de Enoque ou o Livro dos Jubileus – testemunha um cristianismo vivo, africano, que não foi romanizado nem protestantizado.

Lê-la é ouvir uma voz mais antiga, mais próxima das origens. É resistir à ideia de que o cânon ocidental seria o único legítimo. A Igreja etíope, com sua língua ge'ez, suas práticas, sua mística, carrega uma memória que nossas Bíblias europeias perderam.

Para mim, a Bíblia etíope é um tesouro preservado. Lembra-me que a fé cristã não nasceu na Europa, mas no Oriente, em um contexto semítico, com Escrituras hebraicas e uma tradição oral. Lembra-me que o Espírito não esperou os concílios ocidentais para agir na África, no Oriente e no coração de todo buscador sincero.

Essa Bíblia é uma bússola para um cristianismo que ainda respira o ar das origens. Conforta-me em minha convicção de que o cânon romano ou protestante não tem o monopólio da verdade, e que livros como Enoque ou os Jubileus foram injustamente marginalizados pelo Ocidente.

10.7 Tomar posição com doçura e firmeza

Tomar posição, para mim, não é impor nada a ninguém. É afirmar com doçura e firmeza o que descobri no silêncio de minha busca:

Que a Bíblia etíope é, para mim, a memória mais fiel das origens.

Que o Espírito Santo não esperou os concílios ocidentais para agir na África, no Oriente e no coração de todo buscador sincero.

Que a fé solitária não é uma fé diminuída, mas uma fé depurada, livre de compromissos e captações.

Que o cânon romano ou protestante não tem o monopólio da verdade, e que livros como Enoque ou os Jubileus foram injustamente marginalizados pelo Ocidente.

Tomar posição é deixar de se desculpar por estar à margem. É reconhecer que essa margem é talvez, na realidade, um caminho mais próximo do essencial.

Só Deus julgará. E creio que Ele olha o coração, não a pertença a um cânon ocidental ou a uma hierarquia visível.

10.8 As problemáticas sociais e as razões da interrupção da vida espiritual em tempo integral

Abordarei as problemáticas sociais ligadas a esse discernimento, bem como as razões da interrupção de minha vida espiritual em tempo integral. Faço-o com honestidade, pois são questões que marcaram minha trajetória.

As problemáticas sociais são numerosas. A principal é a dificuldade, para uma sociedade secularizada, de compreender uma espiritualidade que não se reduz a uma prática religiosa convencional. A Umbanda, o espiritismo, o diálogo com as entidades – tudo isso é frequentemente percebido como exótico, suspeito, ou simplesmente incompreensível. Meus amigos, minha família, meus colegas tiveram por vezes dificuldade em aceitar essa trajetória, em levá-la a sério.

Há também a questão da legitimidade. Em um mundo onde a religião é frequentemente associada a instituições reconhecidas, uma fé livre e pessoal pode parecer ilegítima, ou mesmo narcisista. Disseram-me: « Quem és tu para decidir por ti mesmo o que crês? » Minha resposta é simples: sou um filho de Deus, como todos os outros, e o Espírito que Deus colocou em mim é meu guia mais seguro.

Quanto às razões da interrupção de minha vida espiritual em tempo integral, são múltiplas. Primeiro, há o cansaço. Vinte anos de prática intensa, de diálogos com as entidades, de consultas, de formação, esgotaram minhas forças físicas e mentais. Senti que o momento era de desacelerar, de me retirar, de dar lugar a uma vida mais contemplativa.

Por fim, há uma convicção interior: a espiritualidade autêntica não é uma corrida, mas uma respiração. Há momentos de atividade intensa e momentos de retiro, de silêncio, de gestação. Minha interrupção não é um abandono; é uma transição, uma passagem para uma nova forma de vida espiritual, mais interior, mais silenciosa, talvez mais profunda.

10.9 Conclusão: uma esperança invencível

E é aqui que estou, ao fim desse caminho: só posso render graças.

Graças por minha vida toscana, pela educação franciscana que me abriu os olhos para a beleza da Criação.

Graças por meu encontro com Meninha, por esse amor que atravessou os séculos, por essa união que foi uma restauração.

Graças pelas entidades da Umbanda, pelos Caboclos e Pretos Velhos, pelos Exus e Pomba Giras, que me ensinaram a caridade, a sabedoria, o discernimento.

Graças pelo Espírito Santo, por essa presença interior que me guiou, consolou, libertou.

Graças pela Bíblia etíope, por essa memória preservada que me lembra que a fé cristã é mais vasta, mais antiga, mais diversa do que o Ocidente reteve dela.

Graças, enfim, por essa esperança invencível que me habita: a certeza de que o amor é mais forte que a morte, de que a vida não para no túmulo, de que nós nos reencontraremos, Meninha e eu, na luz do Espírito.

São Francisco de Assis, meu guia toscano, compôs estas palavras magníficas em seu Cântico das Criaturas:

Laudato si', mi' Signore, per sora nostra Morte corporale, da la quale nullu homo vivente pò skappare.

Guai a quelli ke moreranno ne le peccata mortali; beati quelli ke trovarà ne le tue santissime voluntati, ka la morte secunda nol farrà male.

« Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa Morte corporal, da qual nenhum homem vivente pode escapar.

Ai daqueles que morrerem em pecado mortal; bem-aventurados aqueles que forem encontrados conformes à Tua santíssima vontade, pois a segunda morte não lhes fará mal. »

Não temo a morte. Acuso-a como uma irmã, como uma passagem para a verdadeira Vida. Aguardo com confiança o reencontro com Meninha, com todos aqueles que amei, com o Senhor Jesus Cristo, na luz do Espírito.

E até lá, continuo. Continuo a orar, a ouvir, a amar. Continuo a testemunhar, com doçura e firmeza, o que vi e ouvi. Continuo a ser essa ponte entre os mundos, esse homem livre que encontrou no Espírito a fonte de toda liberdade.

Fraternalmente,

Franco

Esta primeira parte é muito importante para definir o contexto, documentar esse sincretismo (esta prática remonta aos sumérios) antes de passar para os capítulos que evocam as Mesas Brancas (Mesa Branca). Esta segunda parte será publicada em breve. Obrigado pela leitura e pelo interesse.